



ESTUDO
n.º 01, de 2008

**ALTERNATIVAS DE AJUSTE DA
PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE 2008** *Wagner Primo Figueiredo Júnior*
EM RAZÃO DA EXTINÇÃO DA CPMF

JAN/2008

30/Janeiro/2008

Endereços internet: www.camara.gov.br/internet/orcament/principal/
E-mails: conof@camara.gov.br

Este trabalho é de inteira responsabilidade de seus autores, não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados.
Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido, citada a fonte e a Consultoria de Orçamento.



ÍNDICE REMISSIVO

1. INTRODUÇÃO	2
2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	2
3. REVISÃO DAS DESPESAS - ALTERNATIVAS	3
3.1 Despesas de Pessoal	3
3.2 Outras Despesas Correntes	3
3.3 Despesas de Investimentos	5
3.4 Atendimento de Emendas nos Relatórios Setoriais	5
3.4.1 Emendas Individuais	6
3.4.2 Emendas Coletivas	6
3.5 Recursos com Destinação Definida no Parecer Preliminar	6
3.5.1 Despesas Definidas no Parecer Preliminar	6
3.5.2 Despesas relacionadas ao Anexo de Metas da LDO	6
3.5.3 Recursos para Emendas Coletivas	7
3.5.4 Recursos para Emendas de Bancadas	7
4. REVISÃO DAS RECEITAS	7
5. CONCLUSÕES	7

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de estudo solicitado pela Liderança da Minoria com objetivo de apontar alternativas de cortes na proposta orçamentária da União para o ano de 2008 em razão da rejeição da Proposta de Emenda Constitucional que prorrogava a existência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF.

2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Proposta de Emenda Constitucional N.º 50/2007 que estendia a cobrança da CPMF até 31 de dezembro de 2011, mantendo a alíquota e a base de cálculo vigentes, encontrava-se em tramitação quando da apresentação da proposta orçamentária para 2008.

O Projeto de Lei N.º 30/2007-CN – Projeto de Lei Orçamentária para 2008 PLOA-2008, estimou arrecadação de R\$ 39,3 bilhões com a CPMF, em razão da possível aprovação da Proposta de Emenda Constitucional N.º 50/2007.

Na tramitação do PLOA/2008 o Relatório da Receita reviu a possível arrecadação com a CPMF para R\$ 40,1 bilhões. Em 05 de dezembro de 2007, o Relatório de Atualização da Estimativa da Receita atualizou a previsão da arrecadação com a CPMF para R\$ 38,0 bilhões considerando a alteração da alíquota de 0,38% para 0,36%.



O artigo 2º da Proposta de Emenda Constitucional N.º 50/2007 não foi aprovado pelo Senado Federal. Portanto, a CPMF foi extinta em 31 de dezembro de 2007.

O orçamento para 2008 não pode mais prever receitas em função da CPMF. Dessa forma, o PLOA/2008, em tramitação, deve ser revisto. O desequilíbrio em razão da não aprovação da CPMF é de R\$ 38,0 bilhões.

O equilíbrio do orçamento pode ser alcançado pela revisão das despesas constantes do Projeto de Lei ou das receitas, com a substituição da arrecadação da CPMF pela arrecadação de outra receita não prevista no Projeto.

3. REVISÃO DAS DESPESAS - ALTERNATIVAS

3.1 Despesas de Pessoal

O Anexo V do PLOA/2008 autoriza a realização de despesas com a criação e/ou provimento de cargos, empregos e funções, bem como admissão ou contratação de pessoal a qualquer título e com a alteração de estrutura de carreiras e aumento de remuneração no valor total de R\$ 5,9 bilhões.

Existe a possibilidade de postergar tanto a criação e/ou provimento de cargos, empregos e funções quanto a reestruturação de carreiras e aumento de remuneração, tendo em vista que a maior parte destas autorizações referem-se a projetos de lei em tramitação, ou mesmo a negociações ainda em andamento. Dessa forma, parte dos recursos poderia ser utilizada para fazer frente à frustração da receita esperada com a CPMF

3.2 Outras Despesas Correntes

O PLOA/2008 estima que os gastos correspondentes a “Outras Despesas Correntes” e que não se refiram a despesas obrigatórias alcançarão o montante de R\$ 51,0 bilhões. Valor bem superior aos empenhados, liquidados e pagos em 2007 para os mesmos tipos de despesas, respectivamente R\$ 42,2 bilhões, R\$ 35,1 bilhões e R\$ 33,7 bilhões (ver Tabela 1).



TABELA 1
Gastos com OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Discricionárias

em R\$

Órgão	Descrição	Empenhado 2007	Liquidado 2007	Pago 2007	PLOA 2008
01000	CÂMARA DOS DEPUTADOS	441.542.281	381.356.903	365.249.837	525.779.807
02000	SENADO FEDERAL	344.422.442	306.127.229	304.951.019	452.981.439
03000	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	71.407.743	61.946.278	61.020.434	109.765.021
10000	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	129.226.711	86.966.195	84.800.374	162.938.257
11000	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	89.829.317	78.265.677	75.563.905	124.069.968
12000	JUSTIÇA FEDERAL	679.271.157	559.120.162	550.004.283	807.610.902
13000	JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	21.900.481	18.249.681	18.159.826	36.740.151
14000	JUSTIÇA ELEITORAL	412.515.805	340.837.773	334.963.815	856.188.386
15000	JUSTIÇA DO TRABALHO	609.001.398	495.728.679	492.093.526	743.138.751
16000	JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	100.415.606	94.972.054	90.609.829	119.651.738
20000	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	960.042.725	787.983.129	772.658.437	1.814.540.140
20101	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	7.731.644	6.046.763	6.043.206	-
22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	761.487.722	651.106.458	614.996.967	984.774.630
24000	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	2.581.815.215	2.088.356.010	1.923.705.929	2.958.403.840
25000	MINISTÉRIO DA FAZENDA	2.503.287.772	2.385.500.928	2.379.373.579	2.742.317.966
26000	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	5.781.191.712	4.517.841.305	4.130.783.124	7.093.673.071
28000	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR	632.491.114	580.918.539	577.277.997	647.781.688
30000	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	1.336.829.228	1.165.487.727	1.155.962.177	2.222.634.336
32000	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	421.578.922	360.395.514	355.958.154	559.830.889
33000	MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.532.249.028	1.387.592.087	1.373.953.349	1.560.245.931
34000	MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	290.142.042	237.933.584	236.597.134	406.149.677
35000	MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	940.862.703	926.697.158	925.505.121	1.207.290.083
36000	MINISTÉRIO DA SAÚDE	6.449.017.480	4.756.521.839	4.699.046.663	7.106.176.894
38000	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	846.389.751	761.878.472	758.768.667	1.558.959.425
39000	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	782.254.551	606.405.683	594.104.553	656.913.492
41000	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	348.389.931	284.668.265	277.538.445	431.565.421
42000	MINISTÉRIO DA CULTURA	409.134.006	214.748.335	208.143.140	612.197.504
44000	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	538.248.788	473.284.036	472.655.407	664.803.759
47000	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	805.065.310	715.572.185	713.340.139	664.396.408
49000	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	667.468.756	407.109.139	405.185.711	1.174.072.544
51000	MINISTÉRIO DO ESPORTE	816.699.006	568.161.578	567.505.839	245.758.623
52000	MINISTÉRIO DA DEFESA	4.627.749.947	4.405.825.933	3.865.830.146	5.553.948.014
53000	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	347.067.356	231.849.763	230.099.428	226.688.701
54000	MINISTÉRIO DO TURISMO	469.276.773	344.852.997	341.201.938	312.463.107
55000	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	2.295.552.095	2.205.609.254	2.173.324.011	2.761.084.803
56000	MINISTÉRIO DAS CIDADES	1.032.003.556	896.218.904	893.325.976	619.626.764
71000	ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO	623.636.230	289.253.977	273.200.387	274.825.769
73000	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS	52.905.398	52.767.526	12.767.526	1.971.465.002
74000	OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	454.948.846	388.805.757	388.805.757	75.610.000
90000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
TOTAL		42.215.050.547	35.122.963.471	33.705.075.753	51.047.062.901

Deve-se observar que o levantamento feito não desconsidera nenhum tipo de despesa que pela sua natureza poderia não ser objeto de corte, como por exemplo: as despesas com saúde e educação, que devem atingir obrigatoriamente determinado patamar e as despesas com determinadas ações que devem ser preservadas, tais como os gastos no combate à febre aftosa, com o pleito eleitoral de 2008 e com segurança pública.



3.3 Despesas de Investimentos

O PLOA/2008 prevê que os gastos com Investimentos e que não se refiram a despesas obrigatórias ou relativas ao PPI corresponderão a cerca R\$ 16,1 bilhões. Valor inferior ao empenhado em 2007, cerca de R\$ 25,5 bilhões, mas bem superior aos valores liquidados e pagos em 2007 para os mesmos tipos de despesas, respectivamente R\$ 8,4 bilhões e R\$ 6,4 bilhões (ver Tabela 2).

TABELA 2
Despesas de INVESTIMENTO - Discricionárias

Órgão	Descrição	Empenhado 2007	Liquidado 2007	Pago 2007	PLOA 2008
01000	CÂMARA DOS DEPUTADOS	43.049.525	6.578.446	6.517.697	144.362.193
02000	SENADO FEDERAL	46.108.544	14.025.312	14.004.369	110.656.615
03000	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	29.498.514	4.137.003	4.110.844	73.388.566
10000	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	78.763.809	24.151.498	23.530.955	69.068.600
11000	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	17.595.826	3.509.923	3.509.311	15.409.600
12000	JUSTIÇA FEDERAL	222.921.545	39.983.380	38.653.152	175.184.786
13000	JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	4.230.476	1.145.731	1.145.567	8.439.700
14000	JUSTIÇA ELEITORAL	172.161.515	76.565.414	75.910.434	277.292.894
15000	JUSTIÇA DO TRABALHO	195.108.258	36.850.695	35.371.596	173.834.533
16000	JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	52.478.099	9.807.751	5.519.754	32.096.932
20000	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	344.777.638	144.194.913	113.930.675	518.140.180
20101	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	873.146	294.408	294.408	-
22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	481.287.986	118.254.816	73.405.408	167.267.041
24000	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	929.697.584	500.408.290	434.521.267	982.071.706
25000	MINISTÉRIO DA FAZENDA	163.970.571	48.109.471	47.893.351	110.107.411
26000	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	2.627.441.119	1.255.196.837	513.355.146	1.871.773.887
28000	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR	190.622.411	169.793.173	168.281.761	49.062.163
30000	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	876.927.410	477.732.738	442.030.236	864.860.334
32000	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	28.238.209	13.877.997	13.366.552	44.871.546
33000	MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	69.865.048	14.487.767	12.685.811	88.120.675
34000	MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	182.438.374	36.647.933	36.594.711	130.675.500
35000	MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	23.078.932	21.835.577	21.832.925	43.969.180
36000	MINISTÉRIO DA SAÚDE	2.872.691.883	226.165.220	208.289.099	2.335.329.047
38000	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	44.527.149	29.858.530	29.814.737	94.102.528
39000	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	3.496.540.995	1.534.097.656	1.490.850.982	391.282.860
41000	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	162.746.237	12.753.216	9.775.204	46.863.485
42000	MINISTÉRIO DA CULTURA	146.714.247	27.861.071	27.379.005	127.400.605
44000	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	39.396.886	16.094.200	15.986.107	80.421.470
47000	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	41.718.238	8.261.885	7.503.950	53.291.366
49000	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	720.228.906	248.318.884	246.413.018	678.184.647
51000	MINISTÉRIO DO ESPORTE	584.055.022	174.193.713	173.017.277	27.244.326
52000	MINISTÉRIO DA DEFESA	2.679.721.652	2.329.275.877	1.397.155.304	3.263.394.137
53000	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	1.701.822.597	339.552.652	308.342.114	118.226.032
54000	MINISTÉRIO DO TURISMO	1.274.600.928	220.656.347	219.698.579	186.549.000
55000	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	171.079.131	90.745.544	83.403.362	118.579.719
56000	MINISTÉRIO DAS CIDADES	4.826.673.355	154.779.772	143.446.386	2.601.349.638
	TOTAL	25.543.651.765	8.430.203.643	6.447.541.050	16.072.872.902

3.4 Atendimento de Emendas nos Relatórios Setoriais

As emendas à despesas acolhidas pelos relatores setoriais podem, também, servir como fonte de recursos para compensação da não realização das receitas da CPMF.



3.4.1 Emendas Individuais

Foram destinados ao atendimento de emendas individuais cerca de R\$ 4,7 bilhões, em razão do limite máximo de R\$ 8,0 milhões por mandado parlamentar. Estas emendas contemplam, em geral, investimentos de pequeno porte.

3.4.2 Emendas Coletivas

O atendimento das emendas coletivas pelos relatores setoriais atingiu o total de R\$ 7,3 bilhões. Do total destes recursos, cerca de R\$ 3,5 bilhões são oriundos de reestimativa da receita e o restante, R\$ 3,8 bilhões, do corte de despesas de investimentos constantes do PLOA/2008.

3.5 Recursos com Destinação Definida no Parecer Preliminar

3.5.1 Despesas Definidas no Parecer Preliminar

De acordo com a Resolução N.º 01/2006-CN, o Parecer Preliminar poderá definir despesas que terão recursos assegurados antes da distribuição dos valores destinados ao atendimento das emendas.

O Parecer Preliminar do PLOA/2008 assegura cerca de R\$ 1.800.000 mil (um bilhão e oitocentos milhões de reais), para o atendimento de diversas despesas, dentre elas: possibilitar o reajuste do salário-mínimo acima do previsto no PLOA/2008; reforçar dotações do Ministério da Saúde, por meio da suplementação de dotações, para diminuir as diferenças do gasto per capita por Estado, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS; e possibilitar a reestruturação e o reajuste da remuneração dos servidores do Poder Executivo pertencentes ao Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei n.º 5.645, de 10 de dezembro de 1970.

3.5.2 Despesas relacionadas ao Anexo de Metas da LDO

Além das despesas definidas no item anterior, o Parecer preliminar delegou ao Relator Geral a alocação de recursos nas programações atendidas prioritariamente no Parecer ao Projeto de Lei n.º 31/2007-CN (PLPPA 2008-2011), nos termos da segunda parte do item 2.3.19, "d", do respectivo Parecer Preliminar, aprovado na Reunião de 17/10/07 da CMO, no valor total de R\$ 534.000 mil (quinhentos e trinta e quatro milhões de reais).



3.5.3 Recursos para Emendas Coletivas

O Parecer Preliminar, no item 36.3, disponibiliza para o Relator Geral R\$ 1.261.387 mil (um bilhão, duzentos e sessenta e um milhões, trezentos e oitenta e sete mil reais), para atendimento das emendas de bancada e de comissão.

3.5.4 Recursos para Emendas de Bancadas

No item 36.1, o Parecer Preliminar destina às Bancadas Estaduais R\$ 1.576.734 mil (um bilhão, quinhentos e setenta e seis milhões, setecentos e trinta e quatro mil reais), para alocação em suas emendas.

4. REVISÃO DAS RECEITAS

Apesar de não se tratar de cortes no Orçamento Geral da União para 2008 não devem ser desconsideradas as possibilidades da arrecadação da União serem maiores que as previstas até a atual fase de tramitação do Projeto de Lei.

A arrecadação efetivamente realizada em 2007, conforme divulgado pelo Governo Federal, foi maior que a esperada. As estimativas dos parâmetros utilizados no cálculo da arrecadação, também, se alteraram, como por exemplo: o PIB e a expectativa de inflação. Estas alterações indicam que a arrecadação de 2008, também, deve ser superior a estimada, até o momento, em pelo menos R\$ 5 bilhões.

Além disso, o Governo Federal editou medidas alterando a arrecadação do IOF e da CSLL. A efetivação de tais medidas pode levar ao incremento de pelo menos R\$ 10 bilhões na arrecadação federal.

5. CONCLUSÕES

O ajuste da PLOA 2008 em razão da extinção da CPMF exigirá o cancelamento/redução de programações constantes do projeto (custeio e investimentos), a revisão da estimativa de receitas, o replanejamento de pessoal (contratações e reestruturação de carreiras), entre outros, conforme indicado neste Estudo.

A decisão sobre as programações de despesas a serem canceladas ou adiadas é tarefa complexa e exigirá grande esforço técnico, político e de articulação do Congresso Nacional a fim de evitar que a sub-estimação dessas despesas resultem em prejuízo de oferta de serviços básicos à população ou em atrasos/paralisações excessivos dos investimentos.